



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

**NÍVEL D (Nível Médio)
TÉCNICO DE LABORATÓRIO /
Área: EDIFICAÇÕES**

13 de maio de 2018

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Cachorro encurralado não salta

1 Com certeza você já ouviu gente reclamar que os estudantes de hoje são muito mimados, desafiando
2 frases como “No meu tempo, a gente podia zoar os amigos. Hoje tudo é *bullying*”. É assim mesmo: desde
3 a Idade da Pedra toda geração acha que seus descendentes pioraram. Consigo imaginar um neandertal
4 grunhindo: “Esses moleques de hoje não aguentam mais nada. No meu tempo, a gente não tinha fogueira
5 quentinha. Não havia essa história de bater pedrinha uma na outra – tinha que andar na floresta até achar
6 uma árvore atingida por um raio. Desse jeito, daqui a pouco nem pelo a humanidade vai ter”.

7 Todo termo que ganha popularidade perde seu significado original, e isso pode muito bem ter
8 acontecido com o *bullying*. Sim, não é toda zoeira que é *bullying*. Mas se nem toda brincadeira pode ser
9 condenada, isso não faz com que o *bullying* não exista. Existe, e há bastante tempo.

10 Em 1958, os britânicos resolveram acompanhar o desenvolvimento de todas as crianças nascidas
11 numa determinada semana daquele ano. Reuniram, assim, dados sobre quase 18 mil bebês, e passaram
12 a avaliá-los de tempos em tempos durante 50 anos. Descobriram que, já na década de 1960, era alta a
13 incidência de violência na escola – coisas mais graves do que uma piada ou brincadeira. Quase um terço
14 dos alunos passava por isso ocasionalmente, e 15% com frequência. É o povo da geração que diz: “Na
15 minha época, não existia esse negócio de *bullying*”. Imagina se existisse. Não é surpresa para ninguém
16 que, na vida adulta, as pessoas que passaram por tais problemas têm pior qualidade de vida e muito mais
17 chance de desenvolver depressão, por exemplo. O dobro de chance, para ser preciso.

18 Mais ou menos na mesma época, nos anos 1960, do outro lado do Atlântico, um pesquisador
19 chamado Martin Seligman, interessado nos mecanismos que levam à depressão, criava um experimento
20 que se tornaria clássico. Ele e seus colegas reuniram um grupo de cães e os colocaram em três tipos de
21 gaiolas diferentes. O grupo 1 ficava lá por um tempo e, depois, era retirado. A gaiola do grupo 2 tinha o
22 chão eletrificado, para dar choques inesperados. Contudo, diante dos cães havia uma alavanca que parava
23 os choques. E o desafortunado grupo 3 também estava num chão eletrificado, mas ele era pareado com a
24 gaiola do grupo 2. Ou seja, os cães deste grupo não tinham como parar os próprios choques. Eles recebiam
25 a mesma intensidade que seus parceiros do grupo 2 (pois, quando esses desligavam a eletricidade, todos
26 os choques cessavam), mas, como não sabiam dessa artimanha da alavanca, para eles tanto o início
27 quanto o fim pareciam aleatórios.

28 Uma vez condicionados dessa maneira, os cachorros foram transferidos para outra gaiola, dividida
29 em duas partes – um lado com chão eletrificado e outro não. Os dois lados eram separados por uma
30 barreira baixa; quando os cães dos grupos 1 e 2 eram colocados ali, rapidamente aprendiam a pular de
31 um lado para o outro para escapar dos choques. A maioria dos cães do grupo 3, por sua vez, nem pensava
32 em saltar. Havia aprendido que não havia esperança, afinal. Seligman cunhou, então, o termo *learned*
33 *helplessness*, ou desamparo aprendido.

34 O que acontece no *bullying* (de verdade) é parecido com isso. As crianças sentem-se totalmente
35 cercadas, submetidas a situações muito hostis – que lhes parecem inevitáveis –, e com o tempo
36 desenvolvem a mesma sensação de desamparo. Para elas, é impossível fazer qualquer coisa para cessar
37 aquele sofrimento. Não é de estranhar que se tornem adultos deprimidos.

38 Se a história nos ensinou algo, é que há coisas que não aprendemos com a história. Não acho que
39 algum dia as gerações mais velhas deixarão de criticar as mais novas. Até aí, tudo bem. Mas, pelo menos
40 no que se refere ao *bullying*, não devemos menosprezar as queixas da garotada.

Daniel Barros – Revista Galileu, edição 319, fev. 2018.

- 1 O texto “Cachorro encurralado não salta” tem como tema central um assunto polêmico e de muito impacto para a sociedade atual. O assunto em questão é/são
- (A) a pesquisa, algumas vezes invasiva, com animais em laboratório.
 - (B) o conflito advindo das diferenças de opiniões entre gerações.
 - (C) a violência comum entre crianças e adolescentes – o *bullying*.
 - (D) as causas e consequências da depressão – o mal do século.
 - (E) o comportamento dos cães em situação de isolamento.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 2 A leitura do texto nos leva a concluir que o *bullying* é
- (A) apenas uma brincadeira entre crianças e adolescentes.
 - (B) um comportamento surgido recentemente na sociedade.
 - (C) uma violência que pode levar as vítimas à depressão.
 - (D) uma brincadeira que só ocorre no ambiente escolar.
 - (E) uma prática que desaparece sem problemas para o adulto.
- 3 Em relação à pesquisa feita pelos britânicos em 1958 pode-se afirmar que
- (A) os pesquisadores reuniram dados de 18 mil bebês para análise.
 - (B) os dados foram analisados de tempos em tempos, ou seja, a cada 50 anos.
 - (C) o desenvolvimento de todas as crianças nascidas naquele ano foi acompanhado.
 - (D) os resultados mostraram que 15% das crianças sofria *bullying* frequentemente.
 - (E) os resultados foram irrelevantes, pois a incidência de violência nas escolas era baixa.
- 4 As aspas, presentes em algumas partes do texto (linhas 2, 4 a 6 e 14 e 15), foram empregadas para
- (A) ressaltar as ideias centrais discutidas no texto.
 - (B) apresentar de forma direta a fala de alguém.
 - (C) sinalizar que as ideias estão em linguagem figurada.
 - (D) isolar expressões redundantes e, por isso, dispensáveis.
 - (E) apresentar de forma indireta a fala de alguém.
- 5 A importância do experimento criado por Martin Seligman se deve ao fato de
- (A) demonstrar como os cães aprendem em situação de estresse.
 - (B) mostrar que os cães desenvolvem sentimentos como os seres humanos.
 - (C) explicar o desenvolvimento da depressão em cães.
 - (D) demonstrar a existência de uma condição psicológica chamada de *desamparo aprendido*.
 - (E) mostrar que cães e humanos se comportam da mesma maneira nas mesmas condições.
- 6 No trecho "*Descobriram que, já na década de 1960, era alta a incidência de violência na escola ...*" (linhas 12 e 13), o termo *incidência* pode ser substituído, sem prejuízo do significado, por
- (A) coincidência.
 - (B) ocorrência.
 - (C) resistência.
 - (D) permanência.
 - (E) concorrência.
- 7 O pronome - *los* no trecho "...passaram a avaliá-los de tempos em tempos durante 50 anos." (linhas 11 e 12) se refere a
- (A) britânicos.
 - (B) crianças.
 - (C) dados.
 - (D) bebês.
 - (E) alunos.
- 8 Nos trechos "*Quase um terço dos alunos passava por isso ocasionalmente*" (linhas 13 e 14) e "*O que acontece no bullying (de verdade) é parecido com isso*" (linha 34), o pronome *isso* se refere, respectivamente, a
- (A) violência na escola e desamparo aprendido.
 - (B) aprender a pular e violência na escola.
 - (C) desamparo aprendido e aprender a pular.
 - (D) ganho de popularidade e desamparo aprendido.
 - (E) violência na escola e perda do significado original.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 9 No trecho “A gaiola do grupo 2 tinha o chão eletrificado, para dar choques inesperados” (linhas 21 e 22), a preposição *para* confere à oração que ela encabeça o sentido de
- (A) direção.
 - (B) condição.
 - (C) conclusão.
 - (D) finalidade.
 - (E) causa.
- 10 Pode-se concluir da leitura do texto que
- (A) criança que sofre *bullying* tem poucas chances de desenvolver depressão.
 - (B) o *bullying*, quando ocorre, não deixa sequelas na vida das pessoas que sofrem essa violência.
 - (C) criança que sofre *bullying* desenvolve o desamparo aprendido, podendo se tornar um adulto depressivo.
 - (D) *bullying* é uma questão de ponto de vista: o que é *bullying* para uns pode não ser para outros.
 - (E) há um exagero nos dias de hoje, porque toda brincadeira é chamada de *bullying*.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, são requisitos básicos para investidura em cargo público.
- (A) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos.
 - (B) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; aptidão física e mental.
 - (C) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; aptidão física e mental.
 - (D) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; aptidão física e mental.
 - (E) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; aptidão física e mental.
- 12 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor, após cumprir todas as formalidades do concurso público, portanto, habilitado e empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar
- (A) um ano de efetivo exercício.
 - (B) quatro anos de efetivo exercício.
 - (C) dois anos de efetivo exercício.
 - (D) três anos de efetivo exercício.
 - (E) seis anos de efetivo exercício.
- 13 O concurso público, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, terá validade de até
- (A) três anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais dois anos.
 - (B) cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais um ano.
 - (C) quatro anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais dois anos.
 - (D) dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - (E) um ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 14 O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, pelo que contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, por período de
- (A) 36 meses.
 - (B) 24 meses.
 - (C) 48 meses.
 - (D) 12 meses.
 - (E) 72 meses.
- 15 Além de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e ser assíduo e pontual ao serviço, conforme a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, outros deveres do servidor são
- (A) ser leal às instituições a que servir; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (C) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; e guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (D) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (E) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; recusar fé a documentos públicos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 16 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, alguns dos deveres fundamentais do servidor público são
- (A) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependem; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
 - (B) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
 - (C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
 - (D) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
 - (E) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 17 Determina a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, que são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações
- (A) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
- (B) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades somente de ensino, das Instituições Federais de Ensino.
- (C) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes somente à pesquisa nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
- (D) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino e pesquisa das Instituições Federais de Ensino.
- (E) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
- 18 Estabelece o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tem as seguintes finalidades:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, somente.
- (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, somente.
- (C) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, somente.
- (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, somente.
- (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

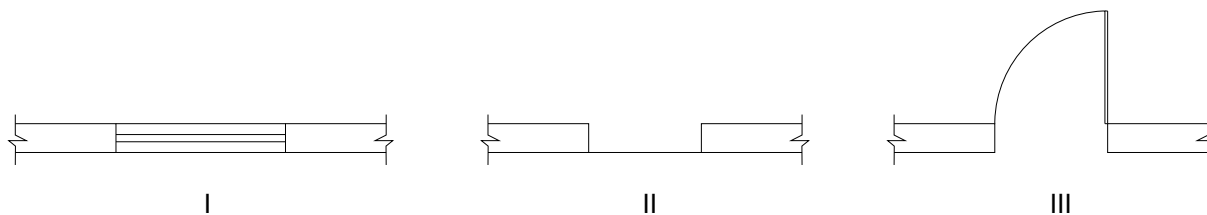
- 19 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que garante
- (A) I – a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos ao planejamento institucional; II – o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; III – a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; IV – a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; V – a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE; VI – as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viável a melhoria da qualidade de prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos, exclusivamente.
- (B) I – a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; II – o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; III – a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; IV – a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; V – a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE; VI – a avaliação de desempenho como um processo que contemple a avaliação realizada pela força de trabalho, pela equipe de trabalho e pela IFE e que terão resultado acompanhado pela comunidade externa, exclusivamente.
- (C) I – a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; II – a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos ao planejamento institucional; III – a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; IV – a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; V – a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE; VI – a avaliação de desempenho como um processo que contemple a avaliação realizada pela força de trabalho, pela equipe de trabalho e pela IFE e que terão resultado acompanhado pela comunidade externa; exclusivamente.
- (D) I – a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; II – a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos ao planejamento institucional; III – o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; IV – a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; V – a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE; VI – as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viável a melhoria da qualidade de prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos, exclusivamente.
- (E) I – a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; II – a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos ao planejamento institucional; III – o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; IV – a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; V – a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; VI – a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE; VII – a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição de força de trabalho de cada unidade organizacional; VIII – as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viável a melhoria da qualidade de prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; IX – a avaliação de desempenho como um processo que contemple a avaliação realizada pela força de trabalho, pela equipe de trabalho e pela IFE e que terão resultado acompanhado pela comunidade externa; X – a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento, exclusivamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – presunção de boa fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – racionalização de métodos e procedimentos de controle; III – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; IV – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; V – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; VI – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; V – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; VI – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (E) I – presunção de boa fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

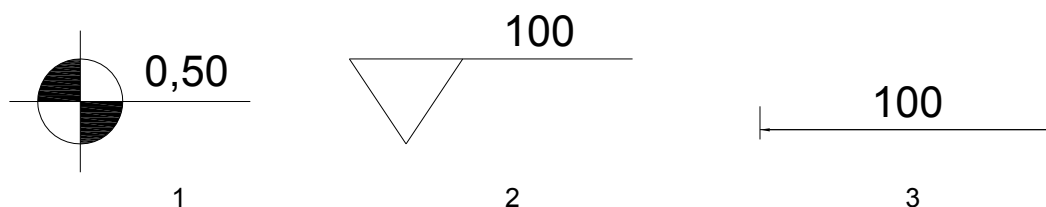
21 Observe o desenho arquitetônico apresentado na figura a seguir:



Os elementos I, II e III representam, respectivamente,

- (A) porta, janela e desnível.
- (B) desnível, janela e degrau.
- (C) janela, desnível e porta.
- (D) degrau, desnível e porta.
- (E) desnível, janela e porta.

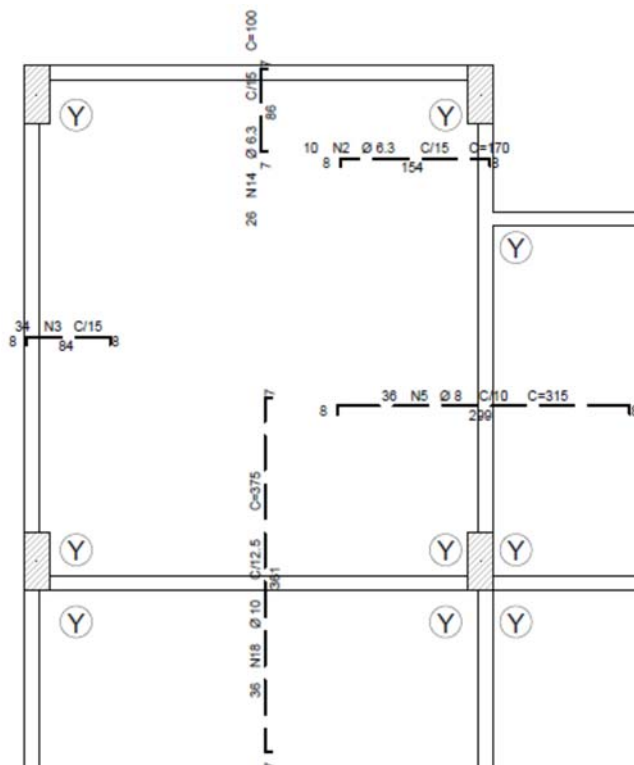
22 Observe as figuras a seguir:



As representações 1, 2 e 3, utilizadas em desenho arquitetônico, representam, respectivamente,

- (A) nível de piso em planta, nível de piso em corte e cotas.
- (B) cotas, nível de piso em planta e nível de piso em corte.
- (C) nível de piso em corte, nível de piso em plantas e cotas.
- (D) cotas, nível de piso em corte e nível de piso em planta.
- (E) nível de piso em corte, cotas e nível de piso em plantas.

23 Observe o projeto a seguir:



As armaduras representadas por linhas tracejadas e identificadas na figura são necessárias para

- (A) resistir aos momentos fletores constantes nas lajes.
 - (B) resistir as tensões de cisalhamento que surgem nessas regiões.
 - (C) auxiliar nos aspectos construtivos.
 - (D) resistir aos momentos fletores negativos.
 - (E) resistir aos momentos fletores positivos.
- 24 Quando um determinado material encontra-se no regime elástico linear, diz-se que a relação entre a tensão e a deformação deste material é regida pela lei de
- (A) Kirchhoff.
 - (B) Hooke.
 - (C) Euler.
 - (D) Bernoulli.
 - (E) Newton.
- 25 Nas paredes de alvenaria, as aberturas de portas e janelas devem ser reforçadas com elementos construtivos que minimizem as concentrações de tensões e evitem fissurações localizadas. Esses elementos são conhecidos como
- (A) marcos para as portas e contravergas para as janelas.
 - (B) vergas para as portas e contramarcos para as janelas.
 - (C) vergas para as portas e janelas e contravergas para as janelas.
 - (D) marcos para as portas e janelas e contravergas para as janelas.
 - (E) marcos para as portas e janelas e contramarcos para as janelas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 26 Os projetos de marquises são idealizados por meio de vigas em balanço, engastadas em uma extremidade e livres na outra. Neste caso, considerando uma marquise de 1,25 m de comprimento e uma carga distribuída de 20 kN/m, o valor do momento fletor máximo negativo é
- (A) 31,75 kN/m.
 - (B) 31,25 kN/m.
 - (C) 16,875 kN/m.
 - (D) 11,25 kN/m.
 - (E) 15,625 kN/m.
- 27 O procedimento que pode reduzir o fenômeno da exudação do concreto consiste em
- (A) menor teor de cimento e vibração adequada do concreto.
 - (B) maior teor de água de amassamento e vibração adequada.
 - (C) maior teor de cimento e vibração adequada do concreto.
 - (D) maior teor de agregados e maior teor de água de amassamento.
 - (E) maior teor de agregados, menor teor de cimento e maior teor de água de amassamento.
- 28 Curvas de nível em levantamentos topográficos são linhas que unem pontos
- (A) com a mesma altura na superfície dos terrenos.
 - (B) com a mesma longitude na superfície dos terrenos.
 - (C) com a mesma latitude na superfícies dos terrenos.
 - (D) da superfície dos terrenos com o mesmo tipo de solo.
 - (E) da superfície dos terrenos para identificação de seus limites.
- 29 Na construção civil são aplicados vários tipos de fundações, que geralmente são classificadas em diretas e indiretas. Todos os elementos que podem se enquadrar na definição de fundação direta são
- (A) estacas raiz, sapatas corridas, tubulões, radiês e vigas de fundação.
 - (B) sapatas, sapatas corridas, blocos, estacas raiz e tubulões.
 - (C) sapatas, estacas de aço, blocos, estacas raiz e vigas de fundação.
 - (D) sapatas, sapatas corridas, blocos, radiês e vigas de fundação.
 - (E) tubulões, estacas de aço, estacas raiz, radiês e vigas de fundação.
- 30 Na determinação do teor de umidade de um solo em laboratório, de acordo com a NBR 6457:2016, e utilizando-se cápsula de alumínio de 39g, obteve-se para a massa do conjunto solo mais cápsula 470,5g, e, após a secagem, a massa do conjunto solo mais cápsula passou a ser 370,8g, ambos medidos em balança de precisão. O teor de umidade desse solo é de
- (A) 25%.
 - (B) 28%.
 - (C) 35%.
 - (D) 20%.
 - (E) 30%.
- 31 O equipamento utilizado para melhorar o adensamento e evitar o aprisionamento de ar na massa de concreto fresco durante a concretagem de estruturas de concreto armado é denominado
- (A) betoneira.
 - (B) vibrador.
 - (C) extrusor.
 - (D) marteleto.
 - (E) maquita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 32 O proprietário de um terreno contratou uma empresa de construção para construir a sua casa. A empresa contratada apresentou o cronograma de execução da obra. O proprietário deseja saber em que mês a obra alcançará o patamar imediatamente superior a 75% de execução.

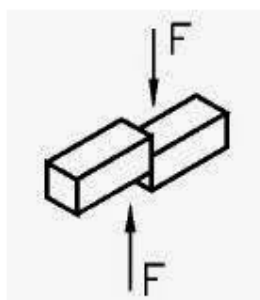
Item	Serviços	Meses da Execução						Custo (R\$)
		1	2	3	4	5	6	
1	Instalação do canteiro	100%						45.000
2	Fundação	50%	50%					55.000
3	Estrutura			100%				40.000
4	Alvenaria			100%				12.000
5	Acabamento Interno				100%			62.000
6	Acabamento Externo				50%	50%		23.000
7	Pintura						100%	27.000
8	Calçada					30%	100%	7.000

A resposta correta ao questionamento do proprietário é

- (A) no quarto mês.
 (B) no quinto mês.
 (C) no terceiro mês.
 (D) no sexto mês.
 (E) no sétimo mês.
- 33 Ao participar de uma entrevista de emprego você foi questionado sobre a importância de realizar o planejamento da obra. Entre os vários benefícios oferecidos pelo planejamento, estão corretos
- (A) conhecimento da obra e instalação do canteiro de obra.
 (B) coleta de informações e qualificação da mão de obra.
 (C) definição de índice de produtividade e qualidade dos serviços.
 (D) definição de metas e identificação dos recursos.
 (E) definição de quantidade de materiais e de segurança da obra.
- 34 Quando se deseja um concreto que mantenha a resistência com menor consumo de cimento e mesma trabalhabilidade, usa(m)-se aditivo(s)
- (A) plastificante.
 (B) retardador de pega.
 (C) expansor.
 (D) incorporadores de ar.
 (E) aglutinante.
- 35 Com relação à RESOLUÇÃO Nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sobre resíduos de construção civil oriundos da construção formal (empresas), é correto afirmar que
- (A) a fonte geradora dos resíduos é responsável pelo despejo dos mesmos fora dos limites urbanos.
 (B) a fonte geradora dos resíduos tem apenas a responsabilidade de disponibilizá-los, sendo o poder público responsável pelo destino.
 (C) a fonte geradora dos resíduos é responsável por identificação, qualificação, triagem, pelo acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos.
 (D) o poder público é responsável pela coleta e pelo destino dos resíduos para aterros sanitários.
 (E) os resíduos de construção civil devem ser integralmente encaminhados para aterros sanitários.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

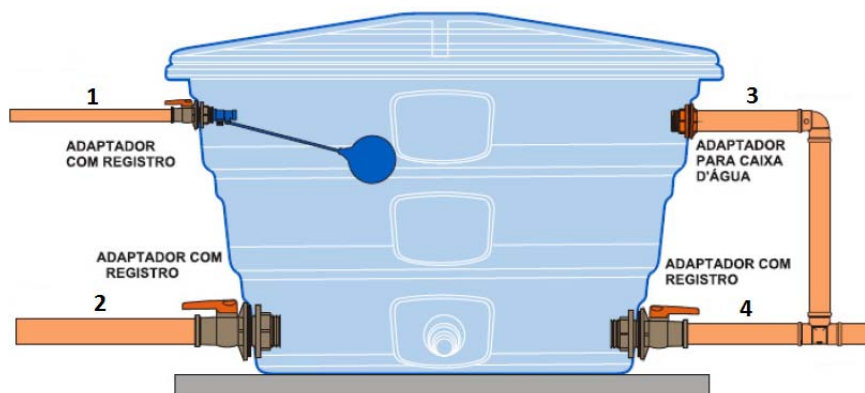
- 36 Os dispositivos para proteção automática de circuitos elétricos em caso de curtos circuitos são chamados de
- (A) interruptores.
 - (B) disjuntores.
 - (C) fusíveis.
 - (D) quadros gerais.
 - (E) tomadas.
- 37 Nos projetos de instalações hidráulicas prediais, o processo de representação tridimensional das instalações é chamado de
- (A) batimétrico.
 - (B) hidrométrico.
 - (C) simétrico.
 - (D) paramétrico.
 - (E) isométrico.
- 38 Os equipamentos de proteção individuais EPI devem ser utilizados pelos trabalhadores para diminuir ou evitar riscos de acidentes de trabalho. São exemplos de EPI
- (A) protetores auriculares, relógios de ponto, filtros, óculos de proteção, viseiras, pranchetas, luvas, botas, cintos de segurança e marreta.
 - (B) relógios de ponto, máscaras, filtros, óculos de proteção, viseiras, pranchetas, luvas, botas, cintos de segurança e cinturões.
 - (C) protetores auriculares, máscaras, filtros, marretas, viseiras, capacetes, luvas, botas, cintos de segurança e pranchetas.
 - (D) protetores auriculares, máscaras, filtros, óculos de proteção, viseiras, capacetes, luvas, botas, cintos de segurança e cinturões.
 - (E) relógios de ponto, máscaras, filtros, óculos de proteção, pranchetas, capacetes, luvas, botas, cintos de segurança e cinturões.
- 39 Quando se coloca um tijolo imerso em água, este absorve umidade. Um fenômeno similar acontece durante o levantamento da alvenaria, situação na qual o tijolo absorve parte da água da argamassa utilizada para o assentamento dos blocos. Essa característica é consequência de uma propriedade do material do tijolo chamada
- (A) porosidade.
 - (B) plasticidade.
 - (C) dureza.
 - (D) ductilidade.
 - (E) desgaste.
- 40 A figura a seguir representa um dos esforços a que os materiais de construção estão constantemente submetidos. Trata-se de



- (A) compressão.
- (B) tração.
- (C) flexão.
- (D) cisalhamento.
- (E) torção.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

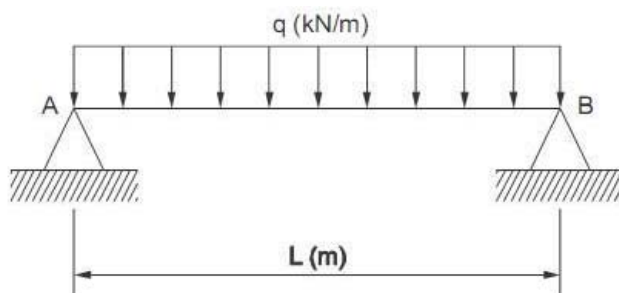
- 4.1 A vantagem da utilização de cronogramas físicos-financeiros em obras de construção civil é
- (A) buscar de forma mais acelerada os financiamentos das obras.
 - (B) permitir a organização preliminar das etapas da construção, sem interferir nos cronogramas de desembolso.
 - (C) permitir a organização das datas de entrega das etapas de construção, bem como desempenho, gastos, atrasos, mão de obra, compra de material e antecipação de problemas.
 - (D) permitir as estimativas dos custos na fase de projeto afim de estimar o valor final do empreendimento.
 - (E) permitir a estimativa de mão de obra e equipamentos para a construção, sem relação com a execução da obra.
- 4.2 A(s) vantagem(ns) da utilização de aditivo retardador de pega no concreto armado é/são
- (A) melhorar a trabalhabilidade em obras hidráulicas com grandes volumes de concreto em baixas temperaturas.
 - (B) manter a trabalhabilidade em grandes extensões e em temperaturas elevadas, ampliar o tempo de aplicação, melhorar a aderência do concreto nas armaduras e aumentar as resistências mecânicas finais.
 - (C) manter a trabalhabilidade em grandes extensões e em temperaturas baixas, reduzir o tempo de aplicação, melhorar a aderência do concreto nas armaduras e manter as resistências mecânicas.
 - (D) manter a trabalhabilidade em grandes extensões e em temperaturas elevadas, ampliar o tempo de aplicação, melhorar a aderência do concreto nas armaduras, diminuindo sensivelmente as resistências características do concreto.
 - (E) facilitar a moldagem de vigas e pilares esbeltos.
- 4.3 Nas vigas de concreto armado, as armaduras responsáveis por resistir às tensões de cisalhamento são os/as
- (A) estribos.
 - (B) armaduras longitudinais.
 - (C) ancoragens.
 - (D) armaduras de fretagem.
 - (E) armaduras negativas.
- 4.4 A expressão das quantidades relativas de agregados miúdos, agregados graúdos, água e aditivos ou adições em relação à quantidade de cimento para produção de concretos é chamada de
- (A) traço.
 - (B) cubagem.
 - (C) dosagem.
 - (D) planejamento.
 - (E) fracionamento.
- 4.5 Observe a figura a seguir.



Em instalações hidráulicas, as indicações 1, 2, 3 e 4 da figura identificam, respectivamente,

- (A) limpeza, saída, extravasor e entrada.
- (B) saída, entrada, limpeza e extravasor.
- (C) entrada, saída, extravasor e limpeza.
- (D) entrada, saída, limpeza e extravasor.
- (E) limpeza, extravasor, entrada e saída.

46 Observe a figura a seguir.



Para a viga biapoiada representada na figura, o momento fletor e o esforço cortante máximos são, respectivamente,

- (A) $qL^2/6$ e $qL/3$.
- (B) $qL^2/8$ e $qL/4$.
- (C) $qL^2/12$ e $qL/2$.
- (D) $qL^2/8$ e $qL/2$.
- (E) $qL^2/12$ e $qL/4$.

47 Considere os seguintes dados:

I – Aço II – Madeira III – Concreto IV – Alumínio V - Vidro

Quanto aos materiais de construção é correto afirmar que

- (A) II, III e V são dúcteis e I e IV, frágeis.
- (B) II, III e V são frágeis e I e IV, dúcteis.
- (C) II, IV e V são frágeis e I e III, dúcteis.
- (D) I, III e V são frágeis e II e IV, dúcteis.
- (E) II, III e IV são frágeis e I e V, dúcteis.

48 No ensaio de resistência à compressão axial de um corpo de prova cilíndrico de concreto com diâmetro nominal (d), considerando que a carga de ruptura foi (P) e que o sistema de ensaio transmitiu a carga uniformemente distribuída na seção do corpo de prova, a tensão de ruptura no concreto foi

- (A) $P/4\pi d^2$.
- (B) $6P/\pi d^2$.
- (C) $P/2\pi d^2$.
- (D) $P/3\pi d^2$.
- (E) $4P/\pi d^2$.

49 Nas instalações prediais de esgoto sanitário, os desconectores são dispositivos providos de fecho hídrico, que têm como função vedar a passagem de gases e animais no sentido oposto ao deslocamento do esgoto. São exemplos de desconectores

- (A) ralo sifonado, caixa sifonada, vaso sanitário e sifão.
- (B) ralo seco, caixa sifonada, vaso sanitário e sifão.
- (C) ralos seco, caixa sifonada, vaso sanitário e torneira.
- (D) ralo sifonado, caixa sifonada, vaso sanitário e chuveiro.
- (E) ralo seco, chuveiro, vaso sanitário e sifão.

50 Em uma determinada localidade de Belém-PA algumas edificações apresentam sérios desaprumos em função de projetos de fundações inadequados para a baixa capacidade de carga das camadas superficiais de solo. Para essa região, o tipo de fundação mais adequado são

- (A) as fundações corridas.
- (B) as sapatas.
- (C) os blocos sobre estacas.
- (D) os baldrames.
- (E) os blocos.